



Veto Total nº 018/15

AO EXPEDIENTE

em: 25 MAI 2015

Presidente

ESTADO DE RONDÔNIA

Assembleia Legislativa

28 MAI 2015

Protocolo: 022/15

Processo: 022/15 MENSAGEM N. 096 , DE 25 DE MAIO

DE 2015.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIARecebido, Autue-se e  
Inclua em pauta.

28 MAI 2015

1º Secretário

Folha

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que votei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, que “Dispõe sobre horário especial de trabalho do Policial e do Bombeiro Militar, estudante matriculado em estabelecimento de ensino superior” (sic), encaminhado a este Executivo com a Mensagem n. 075/2015-ALE, de 6 de maio de 2015.

A matéria proposta pela Ínclita Assembleia Legislativa intenta estipular regras sobre a organização e alteração dos efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, com base em inovação normativa definidora de horário especial de trabalho para militares matriculados em estabelecimento de ensino superior.

Nesses termos, depreende-se do teor da Proposta de Lei, conforme a natureza da matéria tratada, que a iniciativa para a sua propositura pertence ao Poder Executivo, e não da Colenda Casa Legislativa, haja vista que traz obrigações que afetam a organização e o funcionamento da Administração Estadual, em especial, dos efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Tratando-se da organização administrativa e orçamentária, dos serviços públicos e de pessoa da Administração, limita-se à iniciativa privativa do Governador do Estado a propositura das leis complementares e ordinárias, seja por disposição constitucional estadual expressa, diga-se artigo 39, § 1º, ou mesmo em respeito ao princípio da simetria constitucional, daí interpretando-se a amplitude do artigo 61, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.

Pelo que podem Vossas Excelências vislumbrar, a matéria apresentada representa expressa ingerência em espaço de competência do Poder Executivo, violando de maneira clara e inequívoca o princípio constitucional de separação dos poderes, norma de estruturação fundamental do Estado, insculpida no artigo 2º da Constituição Federal vigente.

Dessa feita, sendo mérito administrativo, o constituinte atribuiu ao Executivo a iniciativa de leis dessa espécie, o que o torna o Poder competente para julgar corretamente a conveniência e a oportunidade de suas despesas e do seu funcionamento. Caracterizada, pois, a inconstitucionalidade formal da emenda em comento.

Respalando a supra defendida inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, o Supremo Tribunal Federal aduz:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MILITARES. REGIME JURÍDICO. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.**

Emenda Constitucional 29/2002, do estado de Rondônia. Inconstitucionalidade. À luz do princípio da simetria, é de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo estadual as leis que disciplinam o regime jurídico dos militares (art. 61, § 1º, II, f, da CF/88). Matéria restrita à iniciativa do Poder Executivo que não pode ser regulada por emenda constitucional de origem parlamentar. Precedentes. Pedido julgado procedente. (ADI

SECRETARIA LEGISLATIVA  
RECEBIDO

25 MAI 2015

Leisiane  
Secretária (nome legível)





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**GOVERNADORIA**

2996/RO – Rel. Min. Barbosa – Julgamento em 6 de abril de 2005, unânime – DJ de 6 de maio de 2005) (grifou-se)

Não bastasse, é certo que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar desempenham serviço vital na segurança pública, motivo pelo qual são responsáveis pela manutenção da ordem por meio do policiamento ostensivo e atividades de defesa civil. A segurança pública, inobstante, representa direito social inalienável com previsão constitucional.

Como bem elucidado pelo Douto Wendell Beethoven Ribeiro Agra, Promotor de Justiça do Rio Grande do Norte, quando de sua manifestação em ADI em caso análogo, não há como mitigar o referido direito constitucional, o qual também se constitui em obrigação do Estado, *in verbis*:

A segurança pública, nos termos da Constituição Federal, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sendo dever do Estado e direito e responsabilidade de todos. Sem segurança, todos os demais direitos assegurados na Carta Magna, ficam ameaçados. Não existe Estado sem ordem pública. É impossível a substituição de policiais e bombeiros militares que resolvam paralisar as atividades em “movimentos reivindicatórios por melhorias de vencimentos e de condições de trabalho”.

As disposições contidas no Autógrafo de Lei violam o dever assumido pelos militares estaduais quanto à dedicação integral ao serviço corporativo militar e a fidelidade à instituição, o qual está bem delineado nos termos do artigo 32, do Decreto-Lei 9-A, de 9 de março de 1982.

A estipulação de horário diferenciado a determinados agentes militares em detrimento ao dever de segurança pública fere o trabalho essencial das instituições militares, do que se infere, facilmente, a percepção de prejuízos na composição das escalas das corporações em vista do reduzido efetivo estadual, podendo, caso seja levada adiante a proposta legislativa, agravar a já delicada situação na prestação de serviço da segurança à população.

Destaca-se, ainda, que medidas capazes de minorar os citados prejuízos sequer foram citadas no indigitado Autógrafo de Lei, tangentes à compensação das horas não trabalhadas em finais de semana, feriados ou escala extra. Não se observa, pois, qualquer contrapartida social em relação às horas não trabalhadas pelo militar estudante.

Não se pode olvidar, igualmente, que o militar ao ser investido no cargo público, assume publicamente a responsabilidade de se dedicar ao serviço militar, nos fiéis termos dos artigos 33 e 34, do Estatuto dos Policiais Militares, também aplicável ao Corpo de Bombeiros Militar, *ipsis litteris*:

**Art. 33. Todo cidadão, ao ingressar na Polícia Militar do Estado mediante inclusão, prestará compromisso de honra, no qual afirmará a sua aceitação consciente das obrigações e dos deveres policiais-militares, bem como manifestará a sua firme disposição de bem cumpri-los.**

**Art. 34. O compromisso do incluído a que se refere o artigo anterior terá caráter solene e será prestado na presença de tropa, tão logo o Policial Militar tenha adquirido o grau de instrução compatível com o perfeito entendimento de seus deveres como integrante da Polícia Militar, conforme os seguintes dizeres: "Ao ingressar na Polícia Militar do Estado de Rondônia, prometo regular a minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, e dedicar-me, inteiramente ao serviço policial-militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria via". (grifou-se)**



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**GOVERNADORIA**



Logo, a inconstitucionalidade do referido projeto, sendo resultado de transgressão ao princípio essencial do processo de formação das leis, ofendeu o postulado da separação de poderes (artigo 2º, da CF/88) e da primazia do interesse público.

Por derradeiro, em consideração à valorosa preocupação defendida por essa Augusta Assembleia Legislativa, informa-se que a legislação militar já prevê grande variedade de escalas com o fito de viabilizar o efetivo desenvolvimento das atividades funcionais do militar em conciliação com estudos, como é atualmente feito sem qualquer prejuízo ao serviço e aos interesses dos servidores do Estado.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

**CONFÚCIO AIRES MOURA**  
Governador